

# O DISCURSO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: DO IMAGINÁRIO DAS NARRATIVAS À RACIONALIDADE INSTRUMENTAL DOS PROJETOS

*THE DISCOURSE OF INTERNATIONALIZATION OF THE AMAZON: FROM THE  
IMAGINARY OF THE NARRATIVES TO THE INSTRUMENTAL RATIONALITY OF PROJECTS*

*EL DISCURSO DE LA INTERNACIONALIZACIÓN DE LA AMAZONIA: DE LO IMAGINARIO  
DE LAS NARRACIONES A LA RACIONALIDAD INSTRUMENTAL DE LOS PROYECTOS*

**Afonso Maria das Chagas<sup>1</sup>**  
**Pedro Abib Hecktheuer<sup>2</sup>**  
**Fabio Rycheki Hecktheuer<sup>3</sup>**

- 1 Professor de Direito da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), *campus* de Cacoal/RO. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Mestre em Direito pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Doutorando em Ciência Política na Faculdade Católica de Rondônia/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FCR/UFRGS). Bolsista junto à Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações científicas e tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERÓ. *E-mail*: afonso4@gmail.com
- 2 Professor de Direito Constitucional da Faculdade Católica de Rondônia, Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia (FCR). Graduado em Direito pela Faculdade Palotina de Santa Maria, Rio Grande do Sul (FAPAS). Mestrando em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Bolsista junto à Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações científicas e tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERÓ/CAPES. *E-mail*: pedro\_abib@hotmail.com.
- 3 Professor dos Cursos de Direito e Filosofia da Faculdade Católica de Rondônia (FCR). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutor em Desarrollo Psicológico y Aprendizaje Escolar pela Universidad Autónoma de Madrid (UAM). Pós-doutorado em Psicología da Aprendizagem pela Universidad Autónoma de Madrid (UAM). Reitor da Faculdade Católica de Rondônia. *E-mail*: fabioheck@hotmail.com.

**Resumo:** O espaço amazônico é e tem sido, além de lugar concreto, um espaço simbólico, de múltiplas significações. Com as imagens criadas para traduzir este espaço, efetivou-se um discurso nacional sobre a Amazônia. As narrativas constitutivas prestaram-se aos projetos políticos e econômicos e à aplicação de seu conceito de desenvolvimento. Para grandes projetos, grandes discursos embalados sempre por interesses “bem-intencionados”. Inventada e reinventada, a Amazônia, em suas imagens e metáforas, traduz também os efeitos do desconhecimento, da invisibilidade de sujeitos coletivos, do sentido de seus territórios e da própria natureza, em sua interação com o humano. Um dos mais badalados discursos é o da internacionalização da Amazônia, que não tem a ver somente com as intenções internacionais, mas que se verbaliza e efetiva em programas e projetos concretos, assume-se em ambíguas cartilhas e viabiliza-se por meio da construção imaginária do senso comum, cujas aparências ganham primazia sobre o essencial invisibilizado.

**Palavras-chave:** Amazônia; Desenvolvimento; Território; Simbolismo; Internacionalização.

**Abstract:** The Amazonian space is and has been, besides a concrete place, a symbolic space, with multiple meanings. Using the images created to translate this space, a national discourse on the Amazon took place. Constitutive narratives lent themselves to political and economic projects and to the application of their concept of development. For big projects great discourses, always packaged by “well-meaning” interests. Invented and reinvented, the Amazon, in its images and metaphors, also translates the effects of ignorance, the invisibility of collective subjects, the sense of their territories and nature itself, in its interaction with the human. One of the most popular discourses is that of the internationalization of the Amazon, which is not only about international intentions, but is verbalized and effective in concrete programs and projects, is assumed in ambiguous booklets, and becomes viable through the imaginary construction of the Common sense, where appearances gain primacy over the invisibilized essentials.

**Keywords:** Amazônia; Development; Territory; Symbolism; Internationalization.

**Resumen:** El espacio amazónico es y ha sido, además de un lugar concreto, un espacio simbólico, de múltiples significados. Con las imágenes creadas para traducir este espacio, se hizo efectivo un discurso nacional sobre la Amazonia. Las narraciones constitutivas se prestaron a los proyectos políticos y económicos y a la aplicación de su concepto de desarrollo. Para grandes proyectos, grandes discursos condicionados siempre por intereses "bien intencionados". Inventada y reinventada, la Amazonia, en sus imágenes y metáforas, traduce también los efectos del desconocimiento, de la invisibilidad de sujetos colectivos, del sentido de sus territorios y de la propia naturaleza en su interacción con lo humano. Uno de los más actuales discursos es el de la internacionalización de la Amazonia, que no tiene que ver solamente con las intenciones internacionales, sino que se verbaliza y efectiva en programas y proyectos concretos, se asume en ambiguas cartillas y se viabiliza por medio de la construcción imaginaria del sentido común, cuyas apariencias ganan primado sobre lo esencial invisibilizado.

**Palabras clave:** Amazonia; Desarrollo; Territorio; Simbolismo; Internacionalización.

## INTRODUÇÃO

**H**istoricamente a Amazônia foi inventada, imaginada. A ideia de um *locus* emblemático remete à Amazônia como um lugar concreto, mas também simbólico, resultado de muitas ressignificações. Quando, em 1541, o Capitão Francisco de Orellana juntamente com Frei Gaspar de Carvajal, à frente da primeira expedição espanhola, enfrentaram a resistência dos povos indígenas, na foz do Rio Trombetas, um fenômeno típico da racionalidade ocidental estava prestes a acontecer. Como a resistência daqueles povos era comandada por mulheres guerreiras, para os espanhóis não restava dúvida. Estava confirmada a existência do lendário país das amazonas, um mito grego, popular no imaginário das primeiras navegações oceânicas<sup>4</sup>. Assim, dá-se um nome, forja-se uma identidade. A Amazônia estava inventada.

<sup>4</sup> PORRO, Antônio. **As crônicas do Rio Amazonas:** notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 11.

Assim o foi também com Euclides da Cunha, no início do século XX, para quem a Amazônia seria descrita como uma “terra sem história”, portanto um espaço sem passado, ou então, descrita sob o binômio salvacionista como “Inferno verde e Paraíso perdido”, portanto um lugar a ser resgatado ou conquistado<sup>5</sup>.

Na década de 1940, Getúlio Vargas, embalado pelo sonho de um Brasil grande, propôs a “Marcha para o Oeste”, rumo à Amazônia. Foi por ocasião do seu discurso na Biblioteca Nacional em Manaus em 1940, quando se referiu à ideia de desenvolvimento da região como uma “missão” e destino: “o destino brasileiro do Amazonas”. Assim, a mais honrada tarefa civilizacional do momento, para o presidente, era “conquistar a terra, dominar a água e sujeitar a floresta”. Para tanto, seria preciso “retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado”<sup>6</sup>. Nesta compreensão a Amazônia será útil e ingressaria no corpo econômico da nação. Afirma o Presidente que:

A mais alta tarefa do homem civilizado é conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra, e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização<sup>7</sup>.

Fixa-se, pois, a ideia de “espaço vazio”, de “terra sem homens”, tal como no Direito público europeu que legitimou a empresa do colonialismo-mercantilista do século XV (*Terra Nullius*). Assim, torna-se passível para os habitantes originários o assujeitamento ao projeto colonial e possível aos colonizadores, uma vez que “autorizados” pela legislação, pela Bíblia e pelo poderio bélico. É o velho e conhecido “Direito de guerra”, tantas vezes servido.

No contexto do século XV e XVI, portanto, a “tomada da terra” caracteriza-se como ato constitutivo, seja em vista de uma “ordenação” da sociedade, seja

5 CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

6 VARGAS, Getúlio. Discurso do Rio Amazonas. Cultura Política. **Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, p. 227-230, out. 1941.

7 VARGAS, Getúlio. Discurso do Rio Amazonas. Cultura Política. **Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, 1941, p.227.

em vista da legitimação desta atividade. Portanto, o ato de apropriar (tomar), repartir, demarcar e dividir (ordenamento das terras) consolida-se como a base de um direito de propriedade a fim de organizar um mundo geograficamente estabelecido ou preestabelecido.

Os mesmos imperativos para o “Novo Mundo” atravessariam por 05 séculos como imperativos pressupostos para o processo espoliativo, porém legalmente legitimado, para a Amazônia. Para tanto, tais pressupostos precisam ser antecipados como “Direito público”, europeu, no princípio, estatal ou institucional, no processo de colonialidade institucionalizada. A reedição do processo originário conteria, pois, algo de recorrente nos procedimentos colonialistas decorrentes.

Carl Schmitt aborda e desvela o sentido deste processo originário, assim como seu enquadramento no espaço do Direito e da institucionalidade:

El mundo, terrestre en su origen, fue modificado en la época de los descubrimientos, cuando la conciencia global de pueblos europeos apprehendió y midió por primera vez la tierra. Con ello se produjo el primer nomos de la tierra, que consistía en una determinada relación entre la ordenación espacial de la tierra firme y la ordenación del mar libre, y que fue durante cuatrocientos años la vase de un Derecho de Gentes centrado en Europa: el *Ius publicum europaeum*<sup>8</sup>.

Pode-se dizer, assim, que o Direito regente, institucionalizado pelo Estado e incorporado na cultura da colonialidade, será essencialmente marcado como direito de apropriação de terras alheias (Direito de conquista), e por isso mesmo, direito de declarar e fazer guerra. A lógica colonial sistematizada no contexto do “Novo Mundo” será reeditada e ressignificada na concepção da Amazônia, como espaço a ser conquistado, desbravado, colonizado e explorado. Essa terra, como visto, será o “inferno verde”, mas será também “espaço vazio”, um lugar a ser “desenvolvido” e, portanto, lugar a ser “desbravado e colonizado”. O conceito de integração será compreendido como “integração política” e não, na concepção territorial, como integração socioambiental, em respeito às condições próprias do bioma característico, da sua fauna, rios e animais. Logo, a ideia é consumir o sistema e o direito de fora, do colonizador, do “estranho”, daquele que submete.

8 SCHMITT, Carl. **El Nomo de La Tierra:** En el Derecho de Gentes del “Jus publicum europaeum”. Tradução de Dora Schilling Thon. Buenos Aires: 2005, p. 29.

De tal forma, fez-se necessário desenvolver um discurso nacional que desse conta de incorporar os empreendimentos e as políticas pensadas, sob forma de estratégias específicas. No entanto, todo este constructo, seja no campo das justificativas, seja no campo da legitimidade, foi marcado essencialmente pela ideia de um “estado de exceção”, em que sumariamente se pressupunha a necessidade de delimitação de fronteiras, de compreensão e definição de espaços livres e vazios, e sobretudo da categórica necessidade de impor a retórica do desenvolvimento, do progresso e da ordem, como determinação inexorável e salvífica dos territórios a serem colonizados.

Para atender o que se propôs pesquisar, foi necessário se usar de uma vasta revisão bibliográfica, bem como uma minuciosa análise documental, no sentido de compreender as construções narrativas direcionadas à sociedade em busca da construção de um discurso nacional sobre a Amazônia, com o objetivo de atender projetos políticos e econômicos.

Sustenta-se a hipótese de que há um discurso nacional sobre a Amazônia a partir de uma construção narrativa que se prestou a atender projetos políticos e econômicos decorrentes de uma visão ideológica de desenvolvimento, sempre revestidos de discursos “bem-intencionados”.

Para isso, foi necessário analisar os discursos nacionais a respeito da Amazônia, trazendo à discussão dos elementos do discurso da internacionalização no contexto da globalização, bem como se usar das denominadas forças profundas para a compreensão do discurso sobre a Amazônia.

## **A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO NACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA**

Ainda que a Amazônia figurasse para o país como terra de promessas e riquezas desde o início dos projetos coloniais (Século XVI), a ideia de integração nacional, na perspectiva geopolítica e econômica, só ganhou contornos a partir da segunda metade do século XX. O evento simbólico-inaugurador deste processo ficou conhecido como “Operação Amazônia” em 1966. Trata-se justamente de um encontro articulado entre o governo e os empresários mais influentes da época,

objetivando arquitetar um projeto que sinalizava para a transição da “Amazônia dos rios” para a “Amazônia das estradas”, ou seja, a ideia era elaborar uma estratégia de “reocupação” do espaço vazio amazônico. Para tanto, foi realizado um pacote de incentivos fiscais, devidamente embalados pela retórica da integração nacional e do desenvolvimento regional. O aporte governamental seria, portanto, indispensável, sob os mais variados estímulos, que iam das grandes concessões a alterações legislativas, oportunas e convenientes para o êxito do projeto.

A reunião ocorreu a bordo de um transatlântico, por nove dias pelo Rio Amazonas, em dezembro de 1966, quando se tomaram as decisões e se implementaram as adesões ao Projeto do Governo. Tal evento é assim contado por Márcio de Souza:

O transatlântico Rosa da Fonseca, fretado especialmente, saiu de Belém para Manaus levando a bordo um expressivo grupo de empresários internacionais, técnicos e funcionários governamentais. Desse passeio pelas águas do Rio Amazonas, uma estratégia foi montada, além da criação de um conjunto de instituições governamentais que ficariam encarregadas de planejar, gerenciar e coordenar as novas ações federais. Foram criados órgãos como o SUDAM, BASA, SUFRAMA e INCRA, através dos quais seus burocratas e técnicos movimentavam vultosos recursos e a ditadura militar numa só política o projeto de desenvolvimento com as ideias de ocupação e integração<sup>9</sup>.

Nas águas do Rio Amazonas delineia-se a Amazônia das Estradas e dos Grandes Projetos, por uma infeliz coincidência. Em resumo, nasce ali, na “Operação Amazônia”, um sólido e completo sistema de colonização, definindo áreas, órgãos e estratégias de efetivação, não se esquecendo de expandir a iniciativa colonizadora para o setor privado, seja por meio do papel intermediário do comércio de terras para programas de colonização de médias e pequenas propriedades, seja na absorção de grandes áreas para fins de empreendimento rural<sup>10</sup>.

Sob tal ótica a narrativa da integração nacional ganha *status* de política e de programa estatal, saudado nos anunciados motivos do desenvolvimento

9 SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense:** do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 160.

10 SANTOS, José Vicente Tavares de. **Matuchos:** exclusão e luta: do Sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

regional. Mas também esta lógica discursiva é “apropriada” pelos grandes empreendimentos privados, não importando a bandeira que portem. Assim, sem muito custo, o discurso produzido acerca deste projeto estará aberto para ajustes conforme as contingências do empreendimento pretendido.

Ilustra bem o manejo retórico acerca da questão amazônica a forma como os discursos são elaborados e servidos. Muitas vezes a funcionalização destas narrativas prestam-se, sobretudo, a esconder as intenções profundas ou escondidas do próprio fenômeno.

Um exemplo recente traduz este fenômeno quando a manchete do jornal “O Globo” estampava em 30 de janeiro de 2008: “Lula critica ONGs e diz que fronteira agrícola não pode ser culpada por desmatamento da Amazônia”. No conteúdo da declaração presidencial, o recado era de que as ONGs que criticaram o governo fossem “plantar árvores nos seus países” e ainda que, e aqui está a força do discurso, “A Amazônia é brasileira e não está à venda”. No entanto, e ao mesmo tempo, no mesmo discurso solicitava-se apoio e transferência de tecnologias, de forma solidária e voluntária, ressaltando, para tanto, que a sustentabilidade, discurso elaborado desde 1992, é um campo propício à cooperação.

Correlaciona-se, assim, a lógica de um nacionalismo equivocados, rivalizando-se com a noção, consignada sobretudo pelo Banco Mundial, de “governança global, onde a gerência das questões ambientais passa a ser assumida por outros atores que não só o Estado<sup>11</sup>.

Para Andrea Zhouri<sup>12</sup>, há por parte da mídia, acerca da temática, uma verdadeira amplificação deste discurso sem, no entanto, uma orientação para um aprofundamento da reflexão. A partir desta racionalidade, alternam-se os supostos inimigos da Amazônia: empresas transnacionais, militares, governos estrangeiros e Organizações Não Governamentais. Para a referenciada autora,

11 Informações noticiadas e veiculadas pela grande imprensa nacional. Lembrando que a “opinião pública” depende sobretudo da “opinião publicada”. A fonte do noticiário foi coletada dos arquivos do próprio meio de imprensa citado. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/lula-critica-ongs-diz-que-fronteira-agricola-nao-pode-ser-culpada-por-desmatamento-454923.html>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

12 ZHOURI, Andréa. O fantasma da Internacionalização da Amazônia revisitado – ambientalismo, direitos humanos e indígenas na perspectiva de militares e políticos brasileiros. **XXVI Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2002.

constrói-se assim um “verdadeiro fantasma da internacionalização”, cuja meta sempre é eleger atores ou organizações sociais e políticas, esvaziando o conteúdo e o contexto do debate. Como já visto, destoa-se o discurso da prática, uma vez que a sociedade civil internacional não pode ingerir nos assuntos amazônicos, de um lado, mas pode trabalhar ou operar com relativa facilidade, adquirir vastas propriedades, quando o faz em nome dos interesses dos mercados transnacionais. O alarde, aqui, é inaudível.

Na verdade, a presença intensa das Organizações Não Governamentais transnacionais na região amazônica também tem um conteúdo significativo e sinalizador. Nas últimas décadas, grande parte de projetos e programas mobiliza e responsabiliza-se por muito da opinião pública sobre a região, como também como resposta ou solução dos problemas. Seja pelo atrativo dos investimentos ou aporte de recursos, seja pelo fomento às pesquisas, ganha-se muita visibilidade e inclusive crítica.

É neste cenário que emergem as teorias conspiratórias, os questionamentos e a legitimidade de tal presença. Por parte de setores mais conservadores, sejam eles institucionais (militares), sejam eles políticos (ruralistas), esta presença tem sido contestada em coro uníssono sob vários motes: neocolonialismo verde, máfia verde, interesses ocultos, ocupação silenciosa, germe da secessão, soberania ameaçada, etc.<sup>13</sup>

No entanto, entre as organizações e os setores, principalmente militares, as acusações são mútuas. Se de um lado políticos conservadores e militares acusam as ONGs de repercutirem os interesses transnacionais sobre a Amazônia, por outro, são acusados estes mesmos setores de serem arautos de um modelo de exploração predador e desrespeito às populações indígenas e tradicionais. Conforme Zhouri<sup>14</sup>, tanto um discurso quanto o outro, ou a forma como se dá esta disputa, deslocam ou desfiguram do verdadeiro foco crítico dos reais interesses

13 RABINOVICI, Andra. Militantes e militares na mídia: questões sobre a soberania da Amazônia brasileira. **IV Encontro Nacional da ANPPAS**, Brasília, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT13-13-175-20080508210714.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

14 ZHOURI, Andréa. **O fantasma da Internacionalização da Amazônia revisitado** – ambientalismo, direitos humanos e indígenas na perspectiva de militares e políticos brasileiros, 2002.

presentes na região: indústrias madeireiras, mineradoras, farmacêuticas e o agronegócio, que atuam na região.

A questão, no entanto, não pode ser simplificada ou encerrada neste enfrentamento. Há questões sociais e políticas em questão, assim como demandas socioambientais e direitos das populações indígenas e dos povos tradicionais que escapam desta oposição simplificada. Ao reduzir a problemática da Amazônia a problemas de conspiração, segurança ou soberania, e aquecer o debate nesta lógica, esconde-se o reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais, indígenas, ribeirinhos, entre outros, assingelando os legítimos conteúdos da discussão e, por isso mesmo, falseando a disputa de interesses que impedem os processos de transformação.

A construção argumentativa deduzida deste debate caracteriza-se, pois, por um conflito de enfoques, a lógica do “lugar de onde se olha”. As críticas que se fazem, as interpretações que se atribuem e os estereótipos ou rótulos adotados, principalmente por parte de setores historicamente blindados pela lógica do interesse apenas dissimulam o verdadeiro contexto dos fenômenos e as conjecturas que os envolvem.

Assim, a argumentação da internacionalização, dos riscos à segurança, do combate às estratégias conspiratórias presta à produção de um consenso, ativando elementos de um projeto moldado por determinados interesses. Neste sentido, afirma Zhouri:

Os argumentos de militares e políticos locais, construídos de forma contrastiva aos de ambientalistas e ativistas transnacionais, revelam uma estratégia de criação de estereótipos e simplificação de temas sociais e políticos complexos que envolvem posições sociais conflitantes. Tal estratégia contribui, dentre outros fatores, para deslegitimar as demandas dos povos indígenas, dos ambientalistas e defensores dos direitos humanos na sociedade brasileira. Reduzem, assim, os temas complexos que envolvem o debate sobre sustentabilidade na Amazônia a problemas de conspiração internacional, segurança nacional e soberania. Deslocam, dessa forma, a discussão sobre direitos para uma discussão sobre interesses, através do foco na ideia de conspiração, impedindo, assim, a construção de uma consciência sobre os termos internacionais em que realmente se constrói uma nação devedora como o Brasil<sup>15</sup>.

---

15 ZHOURI, Andréa. **O fantasma da Internacionalização da Amazônia revisitado** – ambientalismo, direitos humanos e indígenas na perspectiva de militares e políticos brasileiros. 2002, p. 5.

A ideia de internacionalização da Amazônia é, igualmente, um senso comum institucionalizado por setores influentes no Brasil, instalados no Congresso Nacional. Tal posicionamento, aliás, traduz o *leitmotiv* não só de produção da heurística do medo, como abastece o arsenal retórico de medidas a serem adotadas muitas vezes contra segmentos sociais, atores coletivos, convivendo nesta parte do Brasil. No discurso de Rosenmann, deputado federal em 2005, pode-se perceber isso:

A aliança entre os grupos estrangeiros e nações ricas que querem tomar a Amazônia do Brasil inclui hoje até mesmo a pressão de organismos financeiros, que vêm condicionando o pagamento da dívida brasileira à implementação de programas de preservação de grandes áreas de terras e florestas — em uma aliança que reúne o Banco Mundial —, financiados pelos governos que compõem o G-7 e organizações não governamentais multinacionais. [...] Através de subterfúgios diversos, esses grupos vêm aproveitando a omissão e a falta de critério do Governo brasileiro para criar verdadeiros enclaves no território nacional, pelo estabelecimento de uma série de modalidades diferentes de projetos de áreas de preservação, reservas indígenas, extrativistas, ou parques, muitos com milhões de hectares, que, conturbados, estão loteando e interditando a Amazônia à ocupação e exploração nacional. O mesmo pode-se dizer em relação à formação indiscriminada e contínua de reservas indígenas, que abre caminho para o surgimento de sentimentos separatistas<sup>16</sup>.

Por ser, portanto, a Amazônia um foco atrativo de variados interesses, as narrativas são as mais diversas. Se de um lado um forte acento posto no ativismo transnacional, a partir da década de 1970, reelabora toda a nota discursiva, como se verá, de outro lado o discurso institucional se ocupa em se paramentar de uníssonos argumentos que possam justificar grandes empreendimentos. Poder-se-ia relacionar, ainda, as narrativas acostadas pelos grandes projetos ambientalistas, muitas verbalizadas por Organizações Não Governamentais, pelo discurso sob a lógica militar da inexecuível doutrina de Segurança Nacional, entre

16 BRASIL. Câmara dos Deputados. **Pronunciamento do Deputado Max Rosenmann na Tribuna** em 08/12/2005. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/sita-qweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=324.3.52.0&nuQuarto=7&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:12&sgFaseSessao=PE%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=08/12/2005&txApelido=MAX%20ROSENMANN&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHoraQuarto=14:12&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>>. Acesso: 23 jun. 2015.

tantas. A polifonia discursiva, como se vê, longe de ser determinada pelo “objeto” que se vê e que se descreve, ou a uma tradição, ou ainda sob a perspectiva de uma leitura construída a partir da tópica dos seus “videntes”, é construída, sim, unicamente em função do objetivo que se busca atingir.

Em números, cifras e signos, a diagnose do risco à “Segurança Nacional”, a perda da soberania e a vulnerabilização das fronteiras foram e têm sido utilizadas como argumento a inflamar um verdadeiro discurso de guerra ao inimigo, não importando se real ou não. Para tanto, o manejo da opinião pública, da tribuna ao tabloide, é indispensável.

A semântica por vezes mobiliza mais que a gramática, ou seja, os sentimentos que o referencial simbólico evoca ou convoca, facilmente despertam nos anseios coletivos a pauta do nacionalismo, da defesa das fronteiras, do não intervencionismo, do orgulho nacional. Dialeticamente e desprezando o senso crítico, a xenofobia redefine e encobre a percepção de outros interesses dissimulados ou mesmo explícitos, o discurso da soberania assume a aura de uma missão de salvamento e o que é pior, povos indígenas e populações tradicionais são elevados ao patamar de entraves ou problemas para o desenvolvimento da nação.

Em relação aos posicionamentos estratégicos e vinculados ao discurso da soberania militar e à Política internacional pensada para a região, a Amazônia também se insere como foco prioritário das intenções, sobretudo na lógica da Segurança Nacional e das Forças Armadas.

No cenário internacional, a questão da Amazônia brasileira, sobretudo, não registra uma incidência de conflitos interestatais<sup>17</sup>, o que não se pode dizer dos índices de violência interna. No entanto, um dos elementos de continuidade na formatação do discurso, sobretudo envolvendo o cenário e o contexto amazônicos, diz respeito ao tema da Segurança e Estratégia nacionais.

Neste sentido, pelo Decreto nº 6.703 de 18 de dezembro de 2008, aprovou-se a Estratégia Nacional de Defesa, deixando muito claro, entre outros temas, a importância e o papel da Amazônia, consagrando assim a Política de Defesa

17 SVARTMAN, Eduardo. A agenda de defesa do Brasil para a América do Sul. In. ARTURI, Carlos Schmidt. (Org.). **Políticas de defesa, inteligência e segurança no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

Nacional (PDN) e de como tal política seria priorizada. Percebe-se no documento a conjugação de fatores que ajudam a descrever não só a visão acerca da região, como a função da defesa e seus objetivos. Neste sentido reforçam-se a ideia e o discurso de que quem cuida da Amazônia brasileira é o Brasil:

A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.

(...) O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros - políticos ou econômicos - que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil.

(...) Isso exigirá, sobretudo na Força Terrestre, que as forças convencionais cultivem alguns predicados atribuídos a forças não-convencionais.

Somente Forças Armadas com tais predicados estarão aptas para operar no amplíssimo espectro de circunstâncias que o futuro poderá trazer.

A conveniência de assegurar que as forças convencionais adquiram predicados comumente associados a forças não-convencionais pode parecer mais evidente no ambiente da selva amazônica. Aplicam-se eles, porém, com igual pertinência, a outras áreas do País. Não é uma adaptação a especificidades geográficas localizadas. É resposta a uma vocação estratégica geral<sup>18</sup>.

Percebe-se que a região é tida como meta prioritária, desafiando por certo a adoção de medidas, sabidas ou não, acerca do controle operacional a ser exercido de forma estratégica. Desta forma, a estratégia de defesa e segurança, contextualizada no cenário amazônico, enfoca-se sobretudo na defesa em

18 BRASIL. Governo Federal. Decreto nº 6.703 de 18 de dezembro de 2008 - **Introdução**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm)>. Acesso em: 22 jun. 2015.

relação à presença do “crime organizado”, menos de cunho ideológico e hoje mais relacionado a possíveis ameaças do narcotráfico e à integração nacional.

Neste sentido, ainda, conforme Svartman<sup>19</sup>, a preocupação inicial estava centralizada sobretudo na manutenção da estabilidade regional, principalmente alinhado ao fato do clima de otimismo liberal dos anos 1990. Assim, possíveis ameaças, ou a possibilidade de um “arco de instabilidade” à ascensão da economia brasileira, mais que ameaça física externa, significariam o alvo das preocupações estratégicas da política internacional na região amazônica. Como se percebe, a própria ideia de paz, ou de estabilidade tem suas intenções ocultas ou dissimuladas.

## OS ELEMENTOS DO DISCURSO DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

O cenário de um mundo globalizado, a partir da última década do século XX, instaura um tempo de releituras. Trata-se não só de novas relações econômicas e políticas, mas de novas narrativas. Neste campo, as regiões denominadas periféricas serão reconfiguradas sob os parâmetros do novo sistema. A internacionalização, tal como a circularidade de pessoas, bens, meios de produção e de consumo, impõe-se como um “novo imperativo”. Neste compasso que, ainda que sob um forte aparato retórico-ideológico, os arautos da “internacionalização das responsabilidades” sobre os bens do planeta regerão uma “nova ordem”, como pressuposto deste novo contexto. A toda evidência nem sempre tais “arranjos” se constroem harmonicamente.

Ao discurso da internacionalização da região amazônica juntam-se as narrativas sobre uma possível “conspiração internacional para ocupar a Amazônia”. Este emblema histórico-ideológico não se constitui sem uma forte carga simbólica conveniente para diversos interesses. É um discurso instituinte, uma vez que concebe práticas e programas públicos, mobiliza distintos setores corporativos internacionais e nacionais e reverbera-se em atitudes pragmáticas à disposição de diferentes agendas: ambientalismo, pesquisas científicas, religião, militarismo, geopolíticas, etc.

19 SVARTMAN, Eduardo. **A agenda de defesa do Brasil para a América do Sul**, 2014.

No entanto o fenômeno é paradoxal. Como se assombrar, por exemplo, com o fantasma da internacionalização ou transnacionalização da Amazônia e ao mesmo tempo locupletar-se com os vultosos investimentos, por exemplo, do Banco Mundial na região amazônica<sup>20</sup>? Ou como compatibilizar o discurso da estratégia geopolítica de integração e ao mesmo tempo executar uma série de medidas para atrair investimentos estrangeiros na região?

Interessante, neste sentido, a abordagem que Luis E. Aragón<sup>21</sup>, que coloca sob perspectiva demonstrando como o discurso e o comportamento econômico, em âmbito mundial, vão se formando como referência de leitura e significado, tanto quanto ao espaço (mundo sem fronteiras), como quanto no tempo (tempo real), sobretudo quando o alvo são os recursos e a retórica é pautada pela “lógica do desenvolvimento”. A leitura deste fenômeno, aliás, também na perspectiva de Stuart Hall<sup>22</sup> (2005), desvenda o fato de que estes dois elementos fundamentais (espaço e tempo) são redefinidos, recriados ontologicamente, sob a forma de uma nova identidade cultural. Atravessam-se fronteiras nacionais, subverte-se o conceito de tempo, por meio de experiências de interconexão e conferem-se novas formas de representação por meio de novas combinações.

A produção capitalista deste espaço-tempo exige outra racionalidade sobre o impacto deste novo fenômeno da globalização, revolvendo estas concepções que compõem o imaginário cujas identidades são construídas e afirmadas. Esta crise quanto à definição do lugar, do espaço (crise da geografia) é também a crise

---

20 A SUDAM, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia foi instalada em 1966, atuando principalmente na atração de investimentos para a Amazônia, através de fundos de investimentos e de incentivos fiscais. Entre estes programas governamentais destaque para os Programas POLONOROESTE da década de 1980 e o PLANAFLOTO da década de 1990. Tais Programas financiados pelo Banco Mundial visavam estabelecer um determinado modelo de ocupação amazônica, sobretudo através da execução de projetos de infraestrutura. Outro Programa ligado ao Banco Mundial foi o PPG7 (Programa Piloto). Foi proposto na reunião do grupo dos Sete países industrializados, em Houston, Texas (EUA), em 1990. Tal Programa voltava-se para a proteção das Florestas Tropicais, mas sob o parâmetro da lógica do desenvolvimento (“desenvolvimento sustentável”), Cf. SOUZA, 1977; SERRA, FERNANDEZ, 2004.

21 ARAGÓN, Luis E. Novos temas regionais para o estudo da Amazônia no atual contexto internacional. **Paper do NAEA**, 209. 58ª Reunião do SBPC, Florianópolis, 2006, p. 3. Disponível em: <[www.naea.ufpa.br/pdf.php?id=413](http://www.naea.ufpa.br/pdf.php?id=413)>. Acesso em: 20 jun. 2015.

22 HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-modernidade**. (Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro). Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

que desorganiza a ideia do tempo, muitas vezes um tempo a-histórico, fluido e desafetado de conteúdos ou sentidos (crise da história).

Dissolvem-se os significantes, o sentido de “lugar”, de pertencimento, desmoronando-se, ao mesmo tempo o sentido das tradições que ligam o passado e o presente, as narrativas que agregam ou prendem o indivíduo a eventos históricos e ao seu presente, reivindicando, pois, novas identidades culturais, diluindo o sentido do *continuum*, em face daquilo que já chamam de “*onlinização da vida*”, numa flagrante preponderância do acessório sobre o necessário, do descartável sobre o imprescindível. Neste sentido, indaga Hall:

Que impacto tem a última fase da globalização sobre as identidades nacionais? Uma de suas características principais é a “compressão espaço-tempo”, a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância<sup>23</sup>.

Immanuel Wallerstein<sup>24</sup> reconhece neste fenômeno de mundialização do capital o desenvolvimento de um verdadeiro “sistema-mundo”. Para ele também este fenômeno de expansão do capitalismo fez emergir uma nova semântica do conceito de lugar e do conceito de tempo. Isto, no entanto, não se faz sem os componentes paradoxais de sempre, dissimulados, entretanto: fragmentação-homogeneização, soberania-integração, diversidade-pensamento único, comunidades econômicas-sistema-mundo, liberdade-ajuste, local-global, etc.

Nesta mesma linha de análise, David Harvey<sup>25</sup> busca demonstrar a relação que se estabelece nesta dinâmica do processo de globalização, em relação à experiência “espaço e tempo” e a alteração de sentido que esta relação estabelece, sobretudo na forma de interpretar, dir-se-ia conceber, o mundo:

O tempo necessário para cruzar o espaço e a forma como costumamos representar este fato para nós mesmos são indicadores úteis do tipo de fenômeno que tenho em mente. À medida que o espaço

23 HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-modernidade**, 2005, p. 69.

24 WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o Liberalismo: Em Busca da Reconstrução do Mundo**. (Tradução de Ricardo Aníbal Rosenbusch). Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

25 HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna** (Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves). São Paulo: Loyola, 1989.

se encolhe para se tornar uma aldeia “global” de telecomunicações e uma “espaçonave planetária” de interdependências econômicas e ecológicas – para usar apenas duas imagens familiares e cotidianas – e à medida em que os horizontes temporais se encurtam até ao ponto em que o presente é tudo o que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento avassalador de compressão de nossos mundos espaciais e temporais<sup>26</sup>.

Não são novas as formas instituintes que se operam através destas grandes narrativas. A concepção do espaço-território tem funcionalidades. O discurso que impulsiona os projetos, sejam coloniais ou neocoloniais, desconstituem o tempo histórico, uma vez que não são (dia)crônicos, mas (ana)crônicos, mesmo porque exógenos. O processo e o projeto de globalização, pois, seja ele do século XVI (colonialidade), seja do século XX (modernidade), não se estabelecem pela constatação das condições existentes, mas negam ou escondem tais condições. Isso quanto às pessoas (a serem conquistadas) ou às coisas (a serem apropriadas).

Como se percebe, a nova organização econômica com tudo o que a simboliza estrutura esta nova geografia mundial, tendo como referência o comportamento econômico, a presença do mercado e a instrumentalização do conhecimento tecnológico, perambulando pelo espaço geográfico mundial, mas bem localizado como eixo de polarização dos reais interesses e das suas matrizes. Esta nova organização da atividade econômica, em muito do que faz e planeja, nega a geografia e mesmo nega os processos históricos. Em busca de outros espaços de produção e exportação de *commodities*, a fronteira desfaz-se, a legislação se flexibiliza e os espaços são reapropriados. Nada diferente da ação colonial do século XV, porém sob novos enfoques e roteirizado pelo consenso majoritário de um mundo sem fronteiras. Cinicamente, a ética da responsabilidade para com o planeta também é incorporada e ressignificada sob o novo paradigma.

Neste sentido, a percepção da Amazônia, a forma como é vista e compreendida, passa a ter um papel fundamental, sobretudo pelo grande estoque de matéria-prima que possui, pela “colônia energético-mineral” na forma como é sondada e definida. Neste sentido, os discursos sacramentam as intenções e ativam este novo significado. Ilustrando essa racionalidade, assim Aragón informa:

---

26 HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**, 1989. p. 240.

Esse nome (Amazônia), que para alguns representa uma das três marcas mais famosas do mundo após a Coca-Cola e Jesus Cristo, alcançou os mais altos palcos científicos e políticos do globo até o ponto da própria soberania do Brasil e dos países amazônicos ser questionada em prol do bem comum ou do equilíbrio ambiental do planeta, como bem o sintetiza a posição de Al Gore, Vice-Presidente dos Estados Unidos: "Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós". Somam-se a essa, outras declarações de alcance mundial igualmente preocupantes: "O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia" (François Mitterrand); "O Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes" (Mikhail Gorbatchev); "A Amazônia é um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa área pelos países [amazônicos] é meramente circunstancial" (Conselho Mundial de Igrejas Cristãs); "Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas" (Margareth Tachter)<sup>27</sup>.

Vê-se, pois, como a internacionalização da Amazônia passa a ser entendida como o emblema desta questão. Emblema aliás que comporta ou indica a presença de diversos e distintos atores, conflagrando o fenômeno de disputas de interesses, de produção de narrativas e de contingenciamento e possibilidades. No entanto, tem procurado demonstrar que as narrativas cumprem a função sobretudo de encobrir ou dissimular os processos, abstraindo os elementos sócio-históricos e culturais, descartando, inclusive, a necessidade do diálogo como instrumento inexorável no exercício da responsabilidade e da cooperação.

## AS "FORÇAS PROFUNDAS" NA COMPREENSÃO DO DISCURSO SOBRE A AMAZÔNIA

A observação do fenômeno amazônico e a forma como este é observado ou mesmo traduzido evocam elementos de uma leitura sobre uma série de variáveis explicativas que faz pensar inclusive no conceito de "forças profundas", tal qual trabalhado por Maria Eva Pignatta<sup>28</sup> e Carlos Henrique Canesin<sup>29</sup>. O conceito

27 ARAGÓN, Luis E. **Novos temas regionais para o estudo da Amazônia no atual contexto internacional**, 2006, p. 3.

28 PIGNATTA, Maria Eva. *Identidad y política exterior. Explorando el caso argentino*. In: BUSO, Anabella. **Fuerzas profundas e identidad**. Reflexiones sobre su impacto en la política exterior: un recorrido de casos. Rosario: UNR Editora.- Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2010. EBook, v. 2.

29 CANESIN, Carlos Henrique. A ordem e as forças profundas na Escola Inglesa de Relações Internacionais: em busca de uma possível francofonia. **Rev. brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 51, n. 1, p. 123-136, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo>.

de “forças profundas”, conforme os autores referidos, e à luz da Escola francesa, informa, ainda que no campo das relações internacionais, a existência de variáveis explicativas dos fenômenos como um verdadeiro vetor de causalidade.

Estas “forças profundas” são verdadeiros fenômenos dotados de conteúdo histórico que interferem no significado e na compreensão das identidades nacionais ou locais. Em outros termos, a configuração identitária que resulta do “arranjo” destes fatores vão influenciar e incidir, sobretudo, no comportamento político dos Estados, das classes dominantes, da formação do discurso e das relações internas e externas destes atores, individuais (perfil executivo das lideranças) ou coletivos (na forma como os padrões coletivos são configurados).

Tanto Pignatta como Canesin, neste sentido, relacionam tais elementos na forma como a política da relação externa se efetiva. Assim, a tais comportamentos é atribuída uma relação de causalidade ligada a um conjunto de fatores: liberalismo econômico, alinhamento com as potências de plantão, a forma como a própria sociedade se autodefine e a partir desta autorreferencialidade, ou como tais fatores se ordenam.

Explicitando a maneira de como estas “forças profundas” atuam nas relações internacionais, Canesin comenta que:

Estas “forças profundas” são de diversos tipos como: geográficas; demográficas; econômicas; da mentalidade coletiva; e correntes sentimentais. Sendo a primeira composta por atributos de posição e espaço que orientam a alocação dos agregados humanos. No segundo caso, discorre-se sobre o papel dos surtos demográficos e movimentos migratórios como constrangimentos do ambiente internacional<sup>30</sup>.

Em igual sentido, Maria Eva Pignatta<sup>31</sup> reconhece que tais fatores coexistem no ambiente doméstico, formam ou conformam uma configuração identitária e influenciam nas relações estabelecidas. Esta correlação, aliás, é que dá sustentação ou legitimidade não só para a identidade estatal como para suas

---

br/ scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0034-73292008000100007&lng=en& nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2015.

30 CANESIN, Carlos Henrique. **A ordem e as forças profundas na Escola Inglesa de Relações Internacionais**: em busca de uma possível francofonia, 2008, p.132.

31 PIGNATTA, Maria Eva. **Identidad y política exterior**. Explorando el caso argentino, 2010.

ações e programas. Estas “forças profundas”, em outras palavras, ditam ou editam o componente retórico inafastável para a construção do Estado nacional. Neste sentido:

De esta manera, la identidad estatal resulta un emergente de la interacción entre actores domésticos organizados en un ambiente político, que, al mismo tiempo, refleja y simplifica las concepciones domésticas en pugna de la identidad estatal. Simultáneamente, esa construcción social que es el interés nacional – que forma la base para la acción y funciona como un mecanismo retórico por medio de cual se generan la legitimidad y el apoyo político a la acción estatal (Eldes, 1996) – se construye atendiendo a estas fuerzas profundas y rasgos identitarios que inciden en la política exterior. Cuando se sostiene que el interés nacional no existe, es claro que lo que se quiere significar es que no hay un interés nacional predeterminado, sino que el mismo se construye y en esa construcción entran en juego las fuerzas profundas e identidades<sup>32</sup>.

Pode-se dizer, portanto, que na compreensão ou na pré-compreensão do fenômeno amazônico, nos seus componentes e variáveis, encontra-se uma série de elementos, com uma carga histórica e simbólica profundas, que atuam como verdadeiras diretrizes de “organização”, seja na elaboração semântica da imagem amazônica, seja na retórica que mobiliza as diversas políticas de colonização, integração e desenvolvimento; seja no direcionamento das diversas ações e, inclusive, na concepção ou na cosmovisão da realidade amazônica, sobretudo na percepção externa que se tem da Amazônia como seus habitantes originários, relação com a natureza, papel ou função do espaço territorial, etc.

Trata-se, pois, de uma verdadeira construção identitária da Amazônia, donde convergem vários elementos, duráveis no tempo e mais resistentes à mudança desta mentalidade. Nestes elementos regulares e observáveis no tempo, portanto históricos, desenha-se a presença destas “forças profundas” na construção exógena da cosmovisão amazônica. Epistemologicamente esta identidade foi sedimentada a partir de um referencial exógeno, em que o desafio, o destino e a missão, seja de desbravamento, colonização ou salvação, tangeram os empreendimentos coloniais ou neocoloniais.

32 PIGNATTA, Maria Eva. **Identidad y política exterior**. Explorando el caso argentino, 2010, p.4.

Por tal abordagem, o espaço amazônico era e sempre foi o espaço a ser inserido, uma região a ser “alinhada” na rota da civilização ou do desenvolvimento. Seria também, desde sempre, um espaço sem identidade própria, espaço vazio, sobre o qual, portanto, determinavam-se objetivos e direcionamentos, muitos ainda que transitivos. Desta forma, a “racionalidade” determinadora de tais objetivos indicará os “arranjos” necessários e, invariavelmente, a região se prestou mais a uma referência de ordem-meio, muito mais que ordem-fim, desde esta perspectiva externa, deste olhar de fora.

É por tais razões que se fala que a Amazônia foi inventada<sup>33</sup>, ou mesmo a compreensão de que não existe uma Amazônia, mas “muitas amazônias”<sup>34</sup>. Certo é que repensar a cosmovisão da Amazônia, construída e recorrentemente editada, significa considerar a transversal importância da região como símbolo e fenômeno de interação, seja da percepção interna quanto da concepção externa acerca da região; seja como emblema político, seja como cenário econômico, seja como questão social e cultural. A construção teórica de Celso Lafer<sup>35</sup>, ao abordar a questão da identidade internacional do Brasil faz, aliás, pensar na importância da região amazônica como elemento constituinte do imaginário federativo e das suas potencialidades, e ainda dos desafios que comporta, seja no campo interno, seja no campo das relações exteriores.

Por isso recolocar a Amazônia como um dos importantes fatores indicativos das “forças profundas” que constitui o Estado nacional sugere também pensar em um dos mais importantes elementos da política internacional, da forma como ela se caracteriza, dos limites e das possibilidades que a envolvem. Neste sentido, ao comentar sobre estas forças profundas que permeiam a identidade nacional, Lafer constata:

No caso brasileiro, entre estes fatores cabe destacar o dado geográfico da América do Sul; a escala continental; o relacionamento com os muitos países vizinhos; a unidade linguística; a menor proximidade,

33 GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. 2. ed. Valer. Manaus, 2007.

34 ARAGÓN, Luis E. **Novos temas regionais para o estudo da Amazônia no atual contexto internacional**, 2006.

35 LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 20.

desde a independência em 1822, dos focos de tensão presentes no centro do cenário internacional; o tema da estratificação mundial e o desafio do desenvolvimento. Estes fatores de persistência contribuem para explicar traços importantes da identidade internacional do Brasil, ou seja, o conjunto de circunstâncias e predicados que diferenciam a sua visão e os seus interesses, como ator no sistema mundial, dos que caracterizam os demais países<sup>36</sup>.

O que se informa, no caso brasileiro em gênero, há que se compreender no caso amazônico, em espécie. As raízes profundas desta dinâmica colonialista estruturam-se como força que impulsionaria na Amazônia os grandes projetos para exploração mineral em escala industrial, sobremaneira voltados para o exterior. Neste sentido, Gilberto Marques<sup>37</sup>, em intrigante diagnóstico, relaciona sobre a forma como tais projetos são efetivados a partir da interpretação dos “espaços vazios”, da lógica da Segurança Nacional, da transformação da Amazônia em “colônia energético-mineral”, ou seja, de geradora de *commodities*. Toda essa nova configuração geopolítica da Amazônia é reelaborada a partir da ditadura militar circunscrevendo um novo papel que a região passou a cumprir na reprodução capitalista mundial.

De tudo até aqui detalhado, objetiva-se constatar que a compreensão, a visão ou cosmovisão da Amazônia, mesmo a sua pré-compreensão (até mesmo as fabricadas), ajudam a compor o que se chama de “forças profundas”, de caráter contínuo e persistente, que impactam na elaboração de imaginários políticos, simbólicos e coletivos, na definição de programas e projetos políticos, na elaboração e na efetivação de políticas internacionais e na legitimidade das atitudes estatais como políticas públicas.

## A ORGANIZAÇÃO DOS DISCURSOS

A Tabela 1, sem a pretensão de se ser exaustivo, mas apenas ilustrativo, resume alguns elementos das narrativas que explicitam principalmente o ideal de

36 LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**, 2001, p. 20.

37 MARQUES, Gilberto. Amazônia: uma moderna colônia energético-mineral? **Revista Universidade e Sociedade**: do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Brasília, ano 12, n. 49, p. 32-45, jan./2012. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1113956493.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

desenvolvimento e a atenção às populações da Amazônia. Muito embora sejam diferentes, em alguns aspectos, mas os objetivos são os mesmos, sobretudo o objetivo central, tangido pela lógica do Banco Mundial de como resolver os problemas para se chegar a “um mundo sem pobreza”.

Tabela 1: As Organizações e os seus discursos<sup>38</sup>

Banco Mundial/WWP (World without Poverty)	“Um mundo sem pobreza”
Cirad- França/Brasil	“O desenvolvimento sustentável dos territórios na Amazônia”
Cifor/ Indonésia/Brasil/Amazônia	“Uso sustentável para as florestas e para as pessoas”
GTZ/GIZ Alemanha/Brasil	“Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável”
WWF/Vários países	“Proteção de grandes porções da Amazônia e de sua singular biodiversidade, funções e serviços ecológicos”.
Fundação Heinrich Böll/Alemanha/Brasil (Privado)	“Fortalecer a capacidade da sociedade brasileira de influenciar as políticas públicas de desenvolvimento sustentável e de garantir o seu controle social”.
KFW/Alemanha/Brasil (Público)	“Proteção e uso sustentável das Florestas Tropicais”
BMZ/Alemanha/Brasil (Público)	“Uma vida de liberdade, dignidade e segurança para todas as pessoas, sem pobreza, medo e destruição ecológica.”
GREENPEACE (Multilateral)	“Proteger a floresta amazônica, bioma de grande biodiversidade, hábitat de milhares de espécies, milhões de pessoas e fundamental para o equilíbrio climático do planeta”.

38 Tabela elaborada pelos autores – Fonte: material promocional.

Amazon Watch/EUA/Brasil	“Nossa missão é proteger a floresta tropical e promover os direitos dos povos indígenas da Bacia Amazônica”.
Amigos da Terra Internacional/Brasil- Oscip	“Atua nas políticas públicas, nos mercados, nas comunidades locais e no mundo da informação, por meio de atividades inovadoras com foco prioritário, mas não exclusivo, na região amazônica”.
EDF/EUA/Brasil Environmental Defense Fund	“Criando soluções que permitem que as pessoas e a natureza prosperar”.
RAN – Rainforest Action Network,EUA/Brasil	“Proteger as florestas tropicais e assegurar os direitos de seus habitantes, através da educação, da organização comunitária e da ação direta, não violenta”.
GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), ligado ao PPG7 (Banco Mundial e diversos países)	“Integração de organizações não-governamentais de vários tipos e a multiplicação de experiências alternativas para o uso da floresta. Promover a participação das comunidades da floresta nas políticas de desenvolvimento sustentável”.
Missão Novas Tribos no Brasil. EUA/Brasil	“Atuamos diretamente nas tribos no Brasil e no Exterior, levando o evangelho de maneira contextualizada e objetivando a plantação de uma igreja Nativa”.

Trata-se de discursos elaborados e direcionados para toda a sociedade, demarcando, entretanto, o campo de atuação dos Projetos, Instituições e Organizações. Percebe-se que é na conjugação da questão ambiental com a questão econômica que se encontra a direção dos programas, sejam eles de natureza pública ou particular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar conjunto das diversas e distintas formações discursivas acerca da Amazônia faz ressaltar a presença de determinados vácuos narrativos, ausências e

emergências, contingenciadas pelos diversos “arranjos orgânicos” em sua história recente. Sob as mais variadas bandeiras, edita-se uma série de argumentos, à primeira vista, todos direcionados para um único objetivo: proteção, desenvolvimento e integração. Como visto, as iniciativas, impreterivelmente, têm sido pensadas e efetivadas de fora para dentro. O estímulo ou o “incentivo” é a “pedra de toque” das iniciativas. Conceitos e justificativas são elaborados e reelaborados como que para dizer que “é preciso mudar sempre para permanecer o mesmo”.

O aparelhamento instrumental jurídico-político dos empreendimentos e grandes projetos não se dá sem o emparelhamento discursivo, sempre disponíveis para viabilizar e de certa forma compatibilizar a exploração dos recursos (comoditização dos recursos naturais) com os interesses sociais da região (os possíveis).

Mas nem tudo no campo das possibilidades soa como políticas públicas necessárias, que contemplam os atores locais, sujeitos coletivos e históricos, povos tradicionais e indígenas. Quando não se condiciona à integração como medida, cria-se a lógica das ameaças ou dos perigos à soberania nacional. E, para tanto, nem sempre a presença do Estado é garantia da presença das políticas públicas deste Estado. Pode ser o programa de incentivos e subsídios a grandes empreendimentos, grandes projetos econômicos, incluindo a presença do capital internacional.

Parece complexo, mas o que se quer dizer, sobretudo, é que, na embalagem retórica do desenvolvimento sustentável, da estratégia da Segurança Nacional e mesmo da governança global, pode-se inclusive encaminhar as propostas econômicas do agro e do eonegocio, da opção nacional pela exploração e exportação irracional de minérios e grãos, tudo como se naturalizassem os efeitos para que se camuflassem as causas, as “forças profundas” de uma estratégia neocolonial e de feições pragmáticas aos olhos do mercado global.

Não que a inserção do país na lógica internacional deva ser rotulada de forma xenófoba ou que o fantasma da internacionalização necessite ser expurgado. A identificação das narrativas buscou demonstrar o alcance e a instrumentalização desta perspectiva. Em suma, o que se pretendeu demonstrar é que não se pode ressaltar a leitura da região amazônica, sua cosmovisão, das significações simbólicas renovadas em torno das estruturas de poder e de dominação.

Por tudo, e mesmo assim, por pouco, do exposto, é que a percepção das *nuances* do discurso da internacionalização da Amazônia, em seus elementos, legitimação e condicionantes, traz à lume os elementos que permitem desvelar e estabelecer diálogos críticos do fenômeno, mas também a percepção do “como” é possível manejar tais elementos no sentido de “normalizar consensos”, sempre sob o acervo de causas e agendas nacionais mobilizadoras e instituintes.

## REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

ARAGÓN, Luis E. Novos temas regionais para o estudo da Amazônia no atual contexto internacional. **Paper do NAEA**, 209. 58ª Reunião do SBPC, Florianópolis, 2006. Disponível em: <[www.naea.ufpa.br/pdf.php?id=413](http://www.naea.ufpa.br/pdf.php?id=413)>. Acesso em: 20 jun. 2015.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Pronunciamento do Deputado Max Rosenmann na Tribunal em 08/12/2005. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=324.3.52.O&nuQuarto=7&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:12&sgFaseSessao=PE%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=08/12/2005&txApelido=MAX%20ROSENMANN&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHoraQuarto=14:12&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>>. Acesso: 23 jun. 2015.

BRASIL. **Governo Federal**. Decreto nº 6.703 de 18 de dezembro de 2008. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm)>. Acesso: 22 jun. 2015.

CANESIN, Carlos Henrique. A ordem e as forças profundas na Escola Inglesa de Relações Internacionais: em busca de uma possível francofonia. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 51, n. 1, p. 123-136, 2008. disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292008000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 Jun. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292008000100007>.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Militares, democracia e desenvolvimento**: o Brasil e a América do Sul. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. 2. ed. Valer. Manaus, 2007.

HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-modernidade**. (Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro). Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna** (Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves). São Paulo: Loyola, 1989.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MARQUES, Gilberto. Amazônia: uma moderna colônia energético-mineral? **Revista Universidade e Sociedade**: do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Brasília, ano 12, n. 49, p. 32-45, jan./2012. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1113956493.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

PIGNATTA, Maria Eva. Identidad y política exterior. Explorando el caso argentino. In: BUSSO, Aanabella. **Fuerzas profundas e identidad. Reflexiones sobre su impacto en la política exterior**: un recorrido de casos. Rosario: UNR Editora.- Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2010. EBook, v. 2.

PORRO, Antônio. **As crônicas do Rio Amazonas**: notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

RABINOVICI, Andra. Militantes e militares na mídia: questões sobre a soberania da Amazônia brasileira. **IV Encontro Nacional da ANPPAS**, Brasília, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT13-13-175-20080508210714.pdf>>. Acesso: 20 jun. 2015.

SANTOS, José Vicente Tavares de. **Matuchos**: exclusão e luta: do sul para a Amazônia. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1993.

SCHMITT, Carl. **El Nomos de La Tierra**: En el Derecho de Gentes del "Jus publicum europaeum". Tradução de Dora Schilling Thon. Buenos Aires: 2005.

SERRA, Maurício Aguiar, FERNANDEZ, Ramon Garcia. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para otimismo e para o pessimismo. **Revista Economia e Sociedade**. V. 13, nº 2(23). Campinas, jul/dez. 2004.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense**: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

SVARTMAN, Eduardo. A agenda de defesa do Brasil para a América do Sul. In. ARTURI, Carlos Schmidt. (Org.). **Políticas de defesa, inteligência e segurança no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

VARGAS, Getulio. Discurso do Rio Amazonas. Cultura Política. **Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, p. 227-230, out. 1941.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o Liberalismo**: Em Busca da Reconstrução do Mundo. (Tradução de Ricardo Aníbal Rosenbusch). Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ZHOURI, Andréa. O fantasma da Internacionalização da Amazônia revisitado – ambientalismo, direitos humanos e indígenas na perspectiva de militares e políticos brasileiros. **XXVI Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2002.

Recebido em: setembro/2017

Aprovado em: dezembro/2017